

O KIT EDUCACIONAL DO UNICEF: PROGRAMA DA FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO

THE UNICEF EDUCATIONAL KIT: STRENGTHENED BRAZILIAN FAMILY PROGRAM AND ITS IMPLICATIONS FOR MANAGEMENT

Camila Maria Bortot¹

Ângela Mara de Barros Lara²

Resumo

Teve-se por objetivo neste estudo analisar os livretos do KIT educacional do UNICEF para o Brasil, do Programa da Família Brasileira Fortalecida, buscando compreender quais são as intencionalidades para a gestão e as políticas educacionais de zero a três anos. Constatou-se uma influência à manutenção da Gestão da Pobreza, por meio da intersetorialidade do cuidado e da educabilidade, utilizando estratégias de uma agenda globalmente estruturada para a moralização das classes pobres, em que a participação e os livretos autoajuda são eixos para a educação das crianças e de suas famílias.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestra em Educação e pedagoga Universidade Estadual de Maringá (UEM). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do Grupo Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, do Núcleo de Políticas Educacionais (NUPE) da UFPR e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Políticas Educacionais e Infância (GEPPEIN) da UEM. E-mail: camilabortot@hotmail.com

² Pedagoga pela UEM (1986), mestrado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (1992), doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011). Professora Associada aposentada da UEM. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Políticas Educacionais e Infância (GEPPEIN) da UEM. E-mail: angelalara@ymail.com

Palavras-Chave: UNICEF. Gestão. Educação Infantil. Educação das Crianças e das Famílias.

Abstract

The purpose of this article was to analyze the booklets of UNICEF educational kit to Brazil, from the Strengthened Brazilian Family Program, seeking to understand what are the intentionalities for management and to educational policies from zero to three years old. There was an influence on the maintenance of Poverty Management, through intersectorality of care and educability, using strategies of a globally structured schedule for the moralization of poor classes, in which participation and the self help booklets are axes for education of children and their families.

Keywords: UNICEF. Management. Child Education. Education of children and their families.

INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado tratou do tema de gestão e política educacional, tomando como fonte para a análise os livretos que contemplem a educação infantil de zero a três anos do meio do Programa Família Brasileira Fortalecida (PFBF), de 2005. A partir dos anos 2000 observa-se a entrada de novos atores na elaboração da legislação, e, apreendendo o movimento de uma agenda global as ações locais, selecionou-se um programa situado no Ministério da Educação (MEC), fomentado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), para identificar o conteúdo para uma ‘boa educação’ de zero a três anos por meio das condições de sociabilidade e educabilidade proposta pelos Organismos Internacionais (OIs) e um projeto de Terceira Via de acordos consensuais baseados na hegemonia.

A escolha deste programa é para entender a influência das agências internacionais nas políticas nacionais. Não buscamos tão-somente analisar uma política educativa, mas a política em um conjunto de políticas e práticas analisar os livretos do KIT educacional do UNICEF para o

Brasil por meio do PFBF, a fim de compreender quais intencionalidades do global para o local para a gestão e as políticas educacionais para a faixa etária de zero a três anos.

Para discussão e análise dos dados utilizou-se as categorias mediação e contradição, pois a partir delas identificaremos o movimento e quais são os interesses na elaboração do Programa Família Fortalecida. Ainda, o estudo se divide em dois momentos: o contexto em que se configurou o Programa em questão, para, assim, analisar os livretos que tratam da educação de zero a três anos e suas intencionalidades.

AS RELAÇÕES ENTRE O GLOBAL E O LOCAL E A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

No percurso de desenvolvimento deste estudo, observou-se que as inserções de sujeitos na construção de políticas educacionais representam o movimento do projeto burguês de sociedade, coletivos e criação de redes, característico do capitalismo neoliberal de Terceira Via. Observa-se uma infiltração dos atores sociais e o empresariado nos encaminhamentos da educação infantil pública brasileira, assim como a inserção da UNESCO e do UNICEF, representou a garantia do atendimento de agendas e pactos das classes dominantes.

Por meio de organizações sociais, passou-se a constituir parcerias junto aos governos e acirrou-se a dependência técnica e financeira dos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o UNICEF para a formulação das legislações e políticas para Educação Infantil nacional. Essa “abertura” nas decisões e rumos das políticas para Educação Infantil no país indicam, por um lado, uma democratização nos encaminhamentos legais e orientadores para a área, uma vez que o princípio deve ser o de debates coletivos, contudo, por outro lado, indicam também um atendimento a

interesses da classe hegemônica burguesa, a qual conduz uma agenda internacional para países em desenvolvimento.

Ao efetivar-se o projeto de sociabilidade neoliberal a partir dos princípios do neoliberalismo de Terceira Via, atendeu-se as necessidades preconizadas a manutenção do capital-imperialismo e construiu-se políticas públicas, bem como diretrizes para Educação Infantil a partir das premissas e interesses que não representam a classe trabalhadora brasileira, mas a classe burguesa hegemônica do início do século XXI, o que caracteriza a construção das políticas sociais de corte educacional no capitalismo.

Campos (2008) mostra que no campo educacional já dispomos de inúmeros estudos que tratam das reformas educacionais contemporâneas. Todavia, é preciso ressaltar que a reforma educacional brasileira, assimilou orientações advindas das chamadas organizações multilaterais acerca da gestão, financiamento, currículos, implementações de sistema de avaliação, a formação de professor, adequação de políticas à agenda internacional. No caso da Educação Infantil, a reforma educacional avançou em que se estabeleceu como a primeira etapa da educação básica. Porém, persiste a influência dos organismos internacionais na área da Educação Infantil com as orientações conflitantes em relação com a legislação brasileira.

Na apreensão de tais elementos de influência do global para o local, selecionou-se o “Programa da Família Brasileira Fortalecida”, que permite identificar a gestão e as influências a educação nas políticas de zero a três anos. Sobre isso, Fullgraf (2007) recomenda:

A relação entre a política de Educação Infantil e o UNICEF precisa ser compreendida em seus processos de mediação, pois as influências das organizações internacionais sobre as políticas educativas não se exercem de

modo uniforme, unidirecional e consensual. Portanto, é preciso compreender as mediações e contradições que envolvem a influência das organizações internacionais na área da Educação Infantil (FULLGRAF, 2007, p. 16, grifos nossos).

O programa em questão do governo brasileiro não é um fenômeno isolado, pois, vincula-se aos programas desenvolvidos na América Latina, podendo ser compreendido como expressão local da agenda global, conforme apresentamos a Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE), fundamentado por Dale (2004). Essa articulação entre os diferentes locais, produz também um sentido de generalidade da agenda comum, promovendo um movimento de legitimidade às ações de política educacional, naturalizadas como práticas discursivas eficazes quando atingem o status de senso comum (FAIRCLOUGH, 2001).

Na América Latina ocorreu uma intensificação no fomento e na divulgação de ações – programas ou relatos – centradas na participação das famílias, sejam eles patrocinados por organismos que aqui atuam ou pelos governos locais. No caso brasileiro, destacam-se dois programas, o Programa Família Brasileira Fortalecida em nível nacional e o Programa Primeira Infância Melhor – em nível estadual pelo Rio Grande do Sul, que apresenta desdobramentos no programa Brasil Carinhoso. Ambos os programas têm como base comum o baixo custo, tem como alvo tanto as crianças como suas famílias: no caso das crianças, adota-se uma perspectiva neurológica de desenvolvimento, visando o potencializar as competências necessárias à sua educabilidade e, também se instruem a família em sua condição de primeiros educadores, buscando, por meio de medidas paliativas, amenizar o grave problema de garantia de atendimento público ao direito à educação das crianças pequenas, em especial aquelas entre 0-3 anos. Fazem por meio da formação de professores e educabilidade da família/comunidade a intersetorialidade

do cuidado para ações equitativas para amenizar os problemas acerca da mortalidade, saúde e nutrição.

A estratégia do UNICEF na proposta do Kit do PFBF adquiriu importância em nível federal, visto que o programa foi aprovado e executado pelo governo federal na área educacional. Levando em consideração o objetivo do Programa em questão, nos questionamos: por que um programa socioeducativo do UNICEF, de caráter compensatório, foi desenvolvido pelo MEC? Quais as intencionalidades desse programa para a Educação Infantil de zero a três anos? Para quem realmente elas se destinam?

A seguir, trataremos do Programa Família Brasileira Fortalecida, por ser de nível nacional e disponibilizar de cartilhas direcionadas às crianças de 0 a 3 anos, da educação das famílias, comunidade e crianças, visto que, trabalhar na perspectiva de uma AGEE faz-se necessário compreender tais relações de mediação que constituem esse movimento não unilateral.

O KIT EDUCACIONAL DO PFBF E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO DE ZERO A TRÊS ANOS: INTENCIONALIDADES E PERSPECTIVAS PARA FAMÍLIAS E CRIANÇAS

Consolidar as competências familiares é um dos objetivos do UNICEF no Brasil. Assistir as crianças brasileiras até os seis anos é a missão do Programa Família Brasileira Fortalecida. O relatório Situação da Infância Brasileira, publicado em 2006 pelo UNICEF, dedicou o tema para debater as competências da família em um capítulo intitulado “Fortalecer a família para ter crianças fortalecidas”, manifestando que “a família é o agente mais importante na prestação de cuidados as crianças de até seis anos” (UNICEF, 2006).

Nessa perspectiva, o UNICEF criou a iniciativa Família Brasileira Fortalecida, no qual em parceria com o MEC, institucionalizou o “Programa Família Brasileira Fortalecida” – PFBF. Segundo Fulgraff (2007) o oficial de projetos do UNICEF relatou que o material disponibilizado para o programa é cópia do programa cubano *Educa a tu Hijo*, assim, o PFBF faz parte de uma pauta internacional do UNICEF adaptada aos países, apontando a uma legitimação do UNICEF para refletir anseios da sociedade brasileira, que na verdade não reflete um processo ativo dos brasileiros, mas sim a institucionalização do contexto de influência³.

O ‘Programa Família brasileira Fortalecida’, foi publicado pelo UNICEF em 2004, contando com a parceria do Governo Federal e outros 29 parceiros desta agência multilateral. O documento integra e se constitui como um instrumento do Programa Família Brasileira Fortalecida pela Educação Infantil⁴, programa este que visa contribuir para que o Brasil possa cumprir com os objetivos de desenvolvimento do milênio estabelecidos pela ONU. Para Fullgraf (2007), os compromissos que foram evocados para o desenvolvimento do milênio:

[...] refletem os processos e estruturas que constituem as relações que se estabelecem entre o UNICEF e os Estados nacionais, uma vez que esses mesmos Estados se comprometem a cumprir metas e prazos para melhorar a vida das crianças (FULLGRAF, 2007, p. 97).

³ Como indica Ball (1994), o contexto de influências legitima agências, nesse caso o UNICEF, para a criação de políticas nacionais, contudo, cumprindo compromissos de um movimento internacional. Utiliza de participação de especialistas do MEC, manifestando um sentimento de “programa nacional” que visa a atender especificamente a uma dada população que tem carências. Ou seja, em nossa visão, a legitimação do UNICEF se dá nas fragilidades das famílias pobres e que são anseios da população brasileira, mas, na realidade, faz parte de ações da AGEE.

⁴ O programa Família Brasileira Fortalecida pretendeu diminuir a mortalidade materno-infantil, além de melhorar a qualidade de vida das crianças com até seis anos de idade. De acordo Vitória Barreto de Faria, consultora de Educação Infantil da Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC em 2004, a “ideia é fortalecer o relacionamento da família com a escola”.

O *PFBF pela Educação Infantil* foi implementado pelo MEC/UNICEF, em 2005, integrando o Programa de Formação PROINFANTIL. O MEC, segundo Fulgraff (2007), participou do material instrucional até o desenvolvimento das propostas que levaram o Kit do PFBF a integrar o PROINFANTIL. O Programa, assim, possui como objetivo:

Aprimorar a parceria entre a instituição de Educação Infantil (creches e pré-escolas) e as famílias e/ou responsáveis pelas crianças que a frequentam, bem como contribuir com as famílias na ampliação de seus conhecimentos sobre a criança e seus direitos (BRASIL, 2007, p. 27).

Com tal objetivo, profissionais de diversas categorias foram capacitados em muitos estados brasileiros. Para essa ação, parcerias foram articuladas entre o UNICEF e os Ministérios da Educação e da Saúde, União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, estados, municípios e organizações da sociedade civil. Buscou formar educadores, agentes comunitários de saúde, professores, líderes comunitários, difundindo os conteúdos veiculados em cada livreto que compõe o kit de formação. Mas, está vinculado somente ao MEC. Embora, na apresentação do documento, anuncie-se a intenção de fortalecer as famílias sob o enfoque dos direitos, tal parecer não se realiza, pois, como veremos a seguir, trata, sobretudo, de prescrever comportamentos e atitudes esperadas dos pais, a partir de preceitos oriundos dos campos da psicologia e da medicina, sobretudo, nos livretos de zero a três anos.

O kit *Família Brasileira Fortalecida*, elaborado pelo UNICEF com 28 parceiros e o governo federal, tem sido utilizado em todo o País como um importante instrumento de formação profissional em serviço de diálogo e de apoio às famílias de gestantes e de crianças menores de 6 anos, cujo MEC é o seu principal parceiro, vez que é colocado como um programa de colaboração entre UNICEF/MEC (UNICEF, 2017).

O Programa visa ao atendimento a crianças na faixa etária de até 5 anos de idade e suas famílias; ao fortalecimento das competências profissionais, promovendo um desenvolvimento infantil saudável; ao fortalecimento das relações intrafamiliares e comunitárias; e ao acesso das crianças aos seus direitos, em especial aquelas de famílias socialmente vulnerabilizadas⁵. No período, vale destacar, que a creche saia da assistência social e fica a cargo da educação.

Compõem esse kit cinco livretos (designados como álbuns), cada qual destina-se a uma etapa do desenvolvimento da criança, exceto o primeiro, dedicado aos cuidados de saúde que antecedem o nascimento da criança. Os álbuns são: pré-natal, parto e pós-parto; 2º: o primeiro mês de vida; 3º: a criança do 2º ao 12º mês de vida; 4º: a criança de 1-3 anos; 5º: a criança de 4-6 anos. Cada álbum destes é composto de pequenos módulos, abordando um tema ou aspecto de desenvolvimento específico. Aborda temas ligados à saúde, ao desenvolvimento infantil, à educação, à garantia de direitos e cidadania, entre outros. Cada álbum destina-se a um período específico da vida da criança: gestação; primeiro mês de vida; do segundo ao décimo segundo mês de vida; de 1 a 3 anos de idade; e de 4 a 5 anos.

Os temas são abordados por meio de ilustrações e pequenas mensagens com linguagem acessível, acompanhadas de informações para o profissional, em um formato que incentiva a participação da família na discussão do tema, em vez de colocá-la somente como ouvinte. Em nossa análise primeira, a educação pertence muito mais à família, como o próprio nome do programa já é colocado, do que à criança.

⁵ Um exemplo disso é aplicação do programa no Ceará, cujo público capacitado na utilização do kit FBF tem sido os professores de educação infantil que atuam nas creches e pré-escolas apoiadas pelo Programa de Atendimento à Primeira Infância, no município de Fortaleza, capital do Estado. Profissionais de outros 23 municípios com baixo índice de desenvolvimento municipal e outros ligados às comunidades quilombolas também têm sido capacitados na utilização do kit FBF. Portanto, a capacitação, por todo Brasil, aconteceu, prioritariamente, àqueles cuja a realidade das famílias, escola e crianças é de vulnerabilidade.

Entende-se que os álbuns, escritos na forma de pequenos manuais, além de orientarem o atendimento da criança, também se apresentam como uma forma de institucionalizar uma determinada ordem de organização familiar. E, nesse contexto, a educação se faz como lugar para a diminuição da taxa mortalidade, saúde e nutrição, a educação se traduz como estratégia fundamental para operar as mudanças sociais e culturais de que o novo modo de organização econômica necessita nesse momento da história.

O conteúdo e imagens dos álbuns de forma bem objetiva, trazem um caráter de ‘educabilidade’ da gestão da pobreza e intersectorialidade do cuidado. Os dois primeiros álbuns tratam do cuidado da mãe, sobretudo. Tratam sobre a família, a gravidez, os cuidados durante a gravidez (como alimentação, pré-natal, parto, nascimento e pós-parto), os cuidados da mãe para com seu filho, naturalizando as relações e não considerando as realidades sócio-econômicas-culturais, visto que é um programa compensatório que envolvem contextos, em sua maioria, marginalizados, já que o objetivo é fortalecer a família brasileira.

A infância aqui é tomada como um dado universal, como uma categoria natural que é descrita em seus traços essenciais, porém, desenraizada do contexto social em que a criança concreta vive. Levando em consideração que as políticas sociais tratam de atos que “determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HOFLING, 2001, p. 2), as orientações do Kit tem sintonia com as recomendações internacionais – como observado anteriormente nos relatórios da UNESCO, ONU e UNICEF – ao fortalecimento da educação formal e não-formal para o apoio a sobrevivência, ao crescimento, ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças, ocupando pelo eixo da saúde, nutrição e higiene – em primeiro lugar na etapa analisada neste

trabalho -, bem como o desenvolvimento cognitivo, social, físico e emocional. A seguir, trataremos do álbum 3 e 4 do PFBF.



Álbum 3: O bebê de 2 a 3 meses (desenvolvimento, relacionamento bebe e a família, a rotina, cuidados, amamentação, diarreia, desidratação, respiração), O bebê de 2 a 4 meses (vacinação, vitaminas) O bebê de 2 a 11 meses (criança e comunidade, cuidados com o bebê) O bebê de 4 a 6 meses (características), o bebê de 6 a 11 meses (educação infantil de qualidade), O bebê de 4 e 6 meses (proteção de acidentes), O bebê de 7 a 9 meses (características do bebê, evitar acidentes), O bebê de 6 a 9 meses (alimentação, como evitar acidentes), O bebê de 9 a 11 meses (vacinação, higiene da boca do bebê, bons hábitos de higiene), o Bebê de 2 a 11 meses (como se proteger da malária e dengue).

Figura 1 – Livreto 3 “A criança do 2º ao 12º mês” e seus conteúdos

Fonte: organizado pela pesquisadora a partir das capas dos álbuns, 2017.

No álbum 3, “A criança de 2º ao 12º mês” (figura 1) expressam muito o cuidado da mãe sobre o desenvolvimento e a rotina da família sobre práticas de higiene e nutrição. Pela primeira vez no Kit, a educação é colocada no módulo 21, intitulado “Educação Infantil de qualidade - Direito da criança”, falando sobre os bebês de 4 a 6 meses. O módulo trata:

Os pais devem visitar a creche e observar se o ambiente é limpo e arejado, se os profissionais são capacitados, carinhosos e atenciosos e se as outras crianças estão bem cuidadas. Cabe aos pais decidir se matriculam ou não o bebê na creche.

A criança soropositiva tem os mesmos direitos de outras crianças, incluindo ter uma família e frequentar a creche sem nenhuma discriminação.

As crianças com deficiência podem e devem frequentar a creche, pois isso ajuda muito o seu desenvolvimento (UNICEF, 2005a, p. 41).

Sobre os bebês de 6 a 11 meses, no item “Educação Infantil de qualidade – Creche” recomendam:

Cabe aos pais decidir se matriculam ou não seu bebê na creche e o poder público deve oferecer vagas para as famílias que façam essa opção. A criança pode ser atendida na creche até os 4 anos quando deve então ser matriculada na pré-escola. Na creche, a criança tem a oportunidade de conviver com outras crianças sob a responsabilidade de profissionais especializados em Educação Infantil. Oriente os pais sobre como avaliar se a creche é de boa qualidade (UNICEF, 2005a, p. 42).

Assinalam que a creche deve promover e facilitar a participação da família e respeitar a opinião dos pais, enfatizando que para isso “Uma boa creche deve ter”:

Proposta de trabalho que valorize a criatividade da criança e a participação que valorize a criatividade da criança e a participação ativa dos pais. Profissionais preparados e em quantidade suficiente para educar crianças em grupos e educá-las. Locais limpos e seguros onde os bebês possam tomar banho de sol, brincar, tomar banho e repousar. - Materiais e brinquedos, livros e discos em quantidade suficiente, variados e adequados à idade da criança. Educadores que se integrem com o bebê de forma carinhosa. Educadores que lavem as mãos depois de trocar as fraldas e antes de preparar a comida dos bebês (UNICEF, 2005a, p. 42).

Em ações em comunidade, a escola é posta nas relações entre família e comunidade, evidenciando certa responsabilidade civil de fiscalização de assistência:

As famílias devem discutir, na comunidade, a qualidade dos serviços de saúde e de educação (creche, pré-escola e escola). As famílias devem saber identificar os

serviços que faltam na comunidade e exigir a sua implantação. As famílias devem exigir jardins e praças limpos e seguros para as crianças brincarem. **Atenção:** Se a prefeitura não atender às demandas da comunidade, as famílias devem procurar o conselho tutelar da cidade (UNICEF, 2005a, p. 23, grifos nossos).

Observa-se que a Educação Infantil sistematizada para os bebês vem ao encontro das orientações do álbum 4 para as crianças de 1 a 3 anos. Na aproximação entre saúde e educação, observamos maior atenção a questões fisiológicas do bebê e da criança pequena do que ações educacionais, visto que o PFBF é localizado no MEC. Os seus conteúdos são (figura 2):



Álbum 4: A criança de 1 a 3 anos – Como é a criança de 1 a 2 anos, Brincadeiras, Como proteger a criança de acidentes, Quando retirar as fraldas, O desenvolvimento para a aprendizagem, Brinquedos e brincadeiras, Alimentação – da criança e da família –, A Caderneta de Saúde da Criança, Hábitos de higiene, Educação para a cidadania, A criança com deficiência, Lazer e segurança, Violência contra a criança, Doenças mais frequentes, Malária e dengue, Creche, A criança e a comunidade, Atitudes saudáveis, Como tornar a criança mais criativa.

Figura 2 – Livreto 4 “A criança de 1 a 3 anos” e seus conteúdos

Fonte: organizado pela pesquisadora a partir das capas dos álbuns, 2017.

Na primeira página do álbum 4, sobre “Como é a criança de 1 a 2 anos – o que a criança gosta de fazer?” (figura 2), nos deparamos com a seguinte afirmativa: “quer tudo para si, e quando ouve um não, chora e faz birra” Observa-se um tom moralista empregado no tratamento

às famílias repete-se também, quando se trata das crianças. Outro exemplo disso encontra-se descrito no excerto: “Ela atende quando se interessa por fazer o que foi pedido; e chora e faz birra quando é contrariada”.

O caráter moralizador presente no texto é reforçado pelas imagens de famílias apresentadas como ilustrações: são representações idealizadas da família nuclear moderna, de interações entre pais e filhos em situações de brincadeiras, de jogos e de leitura. Sobre as imagens de leitura, as imagens ao se tratar de brincadeiras, jogos e contação de histórias, privilegiam cenas com livros e/ou materiais escolares reafirmando, desse modo, um dos objetivos que orienta este Programa, a preparação para processos escolares exitosos. Assim, visa-se à educabilidade das crianças pequenas como condição para o êxito escolar, educabilidade está a ser construída nos processos ditos de socialização primária, que têm lugar no interior das famílias, de acordo com a agenda global de fortalecimento da Educação Infantil para preparação às aprendizagens do ensino primário.

A educabilidade – enfatizada pela educabilidade da própria família –, as orientações como instruções do que fazer em cada período da educação de zero a três anos, abordam a noção de educabilidade enquanto uma construção social que transcende ao sujeito e sua família e que dá conta do desenvolvimento cognitivo, vinculado a uma adequada estimulação afetiva, boa alimentação e saúde. A família que nutre, pratica bons hábitos de higiene, educa, protege, é aquela que propicia experiências e ambientes favoráveis ao seu desenvolvimento e sua socialização, que as permite incorporar-se a uma situação distinta da família, como é a escola.

A ideia de educabilidade é tratada como se todas as crianças fossem iguais em relação ao desenvolvimento, sem considerar o seu contexto. Essa forma de tratar o desenvolvimento da criança desconsidera que ele ocorre em contextos socioculturais diferentes, com oportunidades

diferentes ao acesso à saúde e educação, reforçando explicações simplistas e lineares sobre a relação entre a atividade infantil e as bases biológicas do seu desenvolvimento, resultando em um processo de semiformação. Exemplo dessa simplificação encontramos no Álbum 4, ao enfatizar que “quanto mais a criança é estimulada a falar, movimentar-se e descobrir, maior será o desenvolvimento do seu cérebro e da coordenação fina de seus movimentos”.

Após caracterizar a criança de 1 a 3 anos e 2 a 3 anos, principalmente ao estímulo do que fazer para que elas se sociabilizem, o livreto aborda ‘Como promover o pensamento e a aprendizagem da criança’, ensina as famílias sobre as relações de autoconfiança da criança e a contação de histórias para o desenvolvimento do pensamento. Assim, trazem a ideia de estimular o “desenvolvimento para a aprendizagem”:

É muito importante insistir com a família que o desenvolvimento da criança tem a ver com o conhecimento e também com as emoções, os sentimentos e o amor. Por isso, a família deve demonstrar seu amor pela criança, elogiá-la e valorizá-la pelas coisas bem-feitas. A criança deve ser encorajada a finalizar todas as coisas que começar, não desistir facilmente e, depois, começar tarefas novas. Tudo isso vai ajudá-la a aprender. A criança é curiosa e pergunta muito o nome de tudo. Às vezes, a família se aborrece com tantas perguntas, mas deve valorizar a sua fala. Ela ainda não tem formada a noção de tempo, por isso, diz: “amanhã eu fui”, “ontem eu vou”. É preciso ouvir com respeito e atenção suas perguntas e responder de forma simples e clara para que ela possa compreender. Importante: A família **deve** contar e ler histórias diariamente para a criança. Isso ajuda a desenvolver a fala e o pensamento (UNICEF, 2005b, p. 14, grifos nossos).

No item sobre “Brinquedos e brincadeiras”, as brincadeiras infantis são consideradas como importantes atividades, conforme o próprio documento. Encontrou-se afirmações que reafirmam crenças do senso comum, como por exemplo: “a criança acha que é o centro do mundo e tem dificuldade de compartilhar”, ou então: “ao brincar, a criança desenvolve a atenção,

imitação, memória, movimentação, equilíbrio e imaginação. Também constrói curiosidade, confiança e autoestima” (Álbum 4). A brincadeira foi colocada de forma simplificada e naturalizada, como se fosse uma atividade inerente à criança. Percebemos mais uma vez a construção de uma educabilidade moral: “Brincando, a criança aprende regras e valores para a vida em comunidade” e “A criança aprende nos jogos e brincadeiras a cooperar e respeitar outras crianças” (UNICEF, 2005, p. 15-16). E, faz menção, “As crianças devem também brincar nas creches com os educadores”, onde o professor da criança de zero e três anos, no texto, é mencionado como educadores ou profissionais da educação.

Os livretos dedicam-se na maioria das páginas para saúde, higiene, alimentação, nutrição. Sobre educação, a primeira referência vem na página 23, módulo 12, em “Como educar para cidadania?”, respondendo a interrogativa:

Os pais precisam conversar muito com a criança e explicar tudo o que for possível. É importante perguntar para a criança a opinião dela e respeitar o que ela pensa. Os pais educam pelo exemplo das palavras e atitudes. Quando os pais cumprem seus deveres e respeitam os direitos das crianças, estão ensinando à criança valores de cidadania. A família tem o dever de ensinar a criança a reconhecer e respeitar regras, valores e costumes diferentes dos seus (UNICEF, 2005b, p. 23).

E continuam em “Educação para cidadania”:

A criança aprende valores essenciais para uma vida digna e solidária na convivência com sua família e comunidade. A melhor maneira de ensinar é por meio dos exemplos, das atitudes e do diálogo. A maneira como a família convive com a comunidade dá à criança a oportunidade de conhecer e respeitar outras formas de viver, pensar e agir. A família deve perguntar a opinião da criança sobre as coisas simples, para que ela possa aprender a participar da vida da família. A criança tem direitos. E a família precisa conhecê-los para dar à

criança uma boa qualidade de vida. Criança que tem seus direitos respeitados aprende a respeitar o direito dos outros (UNICEF, 2005b, p. 24, grifos nossos).

Em relação a educação para a cidadania, verificamos uma aproximação dos quatro pilares do Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors. Para dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais, que ao longo da vida humana, serão pilares do conhecimento: aprender a conhecer (adquirir instrumentos de compreensão), aprender a fazer (para poder agir sobre o meio envolvente, aprender a viver juntos (cooperação com os outros em todas as atividades humana), e finalmente aprender a ser (conceito principal que integra todos os anteriores).

Especificamente, sobre a Educação Infantil, módulo 19, tratam a priori com a seguinte interrogativa “Como deve ser uma boa creche?”, respondem:

Uma boa creche deve oferecer: Um ambiente que estimule o desenvolvimento das formas de expressão da criança – falar, ser ouvida, pintar, desenhar, cantar, dançar. Brinquedos adequados à faixa etária. Professores preparados e carinhosos. Cuidados de alimentação, higiene, repouso e brincadeiras. Uma boa creche incentiva os pais para que participem das atividades que realiza. A criança soropositiva ou com deficiência tem os mesmos direitos de outras crianças, inclusive o de frequentar creche e escola sem discriminação. Creche de qualidade é direito da criança e da família (UNICEF, 2005b, p. 37).

Na segunda página do módulo 9 sobre “Creche”, conceitua:

A creche é um serviço para as famílias que, por vários motivos, precisam de ajuda para o cuidado da criança. Por exemplo, quando os pais trabalham em

tempo integral. A creche proporciona à criança oportunidade de participar de experiências variadas junto com outras crianças e adultos. A creche contribui para o desenvolvimento da criança. Toda creche deve seguir recomendações do Ministério da Educação e estar autorizada pelo Conselho Municipal de Educação (UNICEF, 2005b, p. 37).

E, segue:

A creche é um direito da criança e deve ter: Ambiente e materiais adequados. Profissionais preparados de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Programa educativo que promova a saúde e o desenvolvimento da criança nos aspectos psicológico e social. Espaços para a crianças brincar, explorar materiais e exercitar a criatividade. Atividades de brincadeira, alimentação, higiene e repouso. Participação dos pais. Quando a família se interesse pelas atividades da creche, a criança sente-se mais segura e valorizada (UNICEF, 2005b, p. 38).

As ações propostas parecem caminhar no sentido da transformação de seus modos de relação com os filhos, em função de modelos socializadores, supostamente, mais eficientes e promissores no que tange ao futuro escolar das crianças. Não se questiona aqui a incapacidade histórica da escola em atuar com os vulneráveis, nem considera as realidades de grupos focalizados a quem o programa se destina. A questão do fortalecimento da família é uma pauta internacional que fora “extraída” do programa cubano para a educação de crianças.

A educação como o lugar de efetivação desse programa afirma a questão da educabilidade em espaços escolares e não escolares, aconselhados pela UNESCO e UNICEF para o desenvolvimento infantil que produza capital humano futuro, que dê conta da sobrevivência e nutrição dos pequenos para atingirem uma educação básica exitosa. A família é a responsável pela insuficiência ou incapacidade de garantir a formação das chamadas disposições e atitudes para a educabilidade, e, a partir das orientações dos módulos é possível saber “passo a passo” o

que fazer para desenvolver as crianças. A comunidade fiscalizar e cuidar do ambiente onde vive para que se crie espaços qualitativos ao desenvolvimento das crianças, eximindo a responsabilidade do Estado em promover os direitos sociais, que cada indivíduo cuida de si e do lugar onde vive.

O fortalecimento da família é uma das pautas internacionais, que deve acontecer em espaços formais e não-formais, com parcerias seja com a sociedade civil ou o terceiro setor. Os livretos “autoajuda” (CAMPOS; CAMPOS, 2009), de acordo com o documento do MEC/COEDI sobre o PFBF, mostra:

[...] o trabalho com as famílias é [...] o agente educativo a desenvolver este trabalho [...] o material é bastante abrangente e prevê o envolvimento de diversos atores na sua divulgação e multiplicação com vistas a se criar uma verdadeira rede de formadores para implementação do programa” (BRASIL, 2005b).

Desta forma, corroboramos que a influência da atuação do UNICEF no campo da educação revela aquilo que Shiroma, Campos e Garcia (2005) trata sobre “[...] os documentos oficiais e os relatórios utilizam a linguagem com a finalidade de mobilizar pessoas em direção ao consenso social” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 437).

Percebe-se a dicotomia entre creche (cuidado) e pré-escola (educação). No livreto 5, há maiores informações sobre Educação Infantil sistematizada. Sinalizamos, portanto, que há indícios de que a agenda internacional influencie sobre esta dicotomia. Da mesma forma, observamos que o PFBF evidencia como as dinâmicas sociais vão moldando a Agenda política do Estado e que as diferentes e complexas articulações de interesses presentes nas diversas esferas limitam os poderes do Estado. É a AGEE sobressaindo em relações locais, pois tomam

decisões dentro do mercado global, cuja educação se moldou no seio dos processos de globalização e Terceira Via. O MEC, ao aceitar a proposta do UNICEF, procede a uma acomodação ao colocar o material como um programa de formação de professores.

A intencionalidade do programa se direciona ao que se promove na Terceira Via, acerca da:

[...] especificidade do capitalismo, a chamada “sociedade civil ativa” da Terceira Via, expressão do espaço da colaboração, do ativismo social e das individualidades, é na verdade uma apreensão abstraída do mundo real em que vivemos, por isso, somente alterações parciais nas relações de poder não podem ser interpretadas como alteração nas relações sociais em seu conjunto, como sugere a Terceira Via. No atual estágio do capitalismo monopolista, a sociedade civil mantém resguardada a sua essência e especificidade nos conflitos e antagonismos entre as classes sociais e frações de classes, sendo, portanto, uma instância em que se desenrolam as disputas pela direção de toda a sociedade (MARTINS, 2007, p. 76, grifos nossos).

Isso colabora a um consenso entre os países que a primeira infância começa com o nascimento, há uma predominância da educação das famílias e das crianças por meio de uma responsabilidade compartilhada, em que os três primeiros anos de vida, se fazem em modalidades não-convencionais pelo atendimento limitado no público.

Em 2005, com a elaboração da Política Nacional de Educação Infantil (PNEI) e seus múltiplos atores, o PFBF representa uma concepção apontada pela UNESCO na construção da política, analisada por Silva (2013), na defesa de uma Educação Infantil caracterizada apenas por uma função complementar à ação da família. Essa concepção abre espaço para criação de

programas “alternativos” para a gestão do trabalho e da pobreza, as ações intersetoriais e educabilidade.

Ao encontro das análises podemos entender a Educação Infantil como uma política de parcerias, conveniamentos e o terceiro setor, havendo brechas para o governo agir e efetivar políticas focalizadas e de atendimento a pobreza, bem como dar abertura a organizações sociais se consolidarem, como é o caso da entrada do UNICEF na prescrição de políticas, estendendo sua elaboração na configuração de uma gestão e de políticas educacionais intersetoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os apontamentos finais, percebeu-se, ao longo do artigo, UNICEF preocupou-se no PFBF no que fazer com a educação das famílias e das crianças, implementando um programa no MEC que influencia diretamente na gestão das políticas de educação infantil de zero a três anos. Essa influência aponta na manutenção da Gestão da pobreza, cuja a intersetorialidade do cuidado e da educabilidade aponta como uma estratégia de moralização das classes pobres.

As contradições e acomodações que possibilitaram os programas de apoio à família materializam as orientações e metas acordadas pelas agências internacionais, em um processo de mediação entre o local e o global, por meio do UNICEF, cuja “participação” como eixo ao apoio a educação das crianças pequenas e/ou educação das famílias. Assim, realiza a gestão da pobreza e se descentraliza o cuidado, fazendo com que a educação adquira uma relevância em mudar a realidade socioeconômica e cultural das famílias pobres. A política educacional para a educação infantil, dessa forma, vem atuando por meio de programas compensatórios. Considerando a relevância dessa discussão, entende-se que outros estudos devam ser desenvolvidos com o

objetivo de aprofundar as várias questões que, atualmente, implicam as políticas educacionais e gestão da educação infantil de zero a três anos no Brasil, que apontam cada vez mais para políticas compensatórias, focalizadas e situadas em outros arranjos educativos para além da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília, DF: MEC/SEB, 2005.

_____. Ministério da Educação. Programa Família Brasileira Fortalecida. Brasília: 2007.

CAMPOS, R. Educação Infantil e organismos Internacionais: uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas repercussões no contexto nacional. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAMPOS, R.; CAMPOS, R. F. A Educação das Famílias como Política Educacional: uma análise do programa família brasileira fortalecida. 29º Reunião Nacional de Pesquisa em Educação/ANPED. Caxambu, 2009.

DALE, R. Demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para educação”. *Educação e Sociedade*. v.25, nº 87, Campinas/SP, mai/ago., 2004.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FULLGRAF, J. B. G. *O UNICEF e a Política de Educação Infantil do Governo Lula*. 2007. 194 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Caderno CEDES [online]*. 2001, vol.21, n.55, p.30-41.

MARTINS, A. S. *Burguesia e nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. 284f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, 2007.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teóricos metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v.23, n.2, p. 427-446, jul./dez. 2005.

SILVA, I. C. A. L. Política Nacional de Educação Infantil: a participação de atores não estatais na elaboração da política. Tese (Doutorado) Campinas: UNICAMP, 2013.

UNICEF Quem somos. 2017. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

_____. Família brasileira fortalecida. Brasília: UNICEF, 2005.

_____. Família brasileira fortalecida. Livreto 3. Brasília: UNICEF, 2005a.

_____. Família brasileira fortalecida. Livreto 4. Brasília: UNICEF, 2005b.